

MEMÓRIA FRAGMENTADA SOBRE A ARQUEOLOGIA NO PARANÁ, NAS DÉCADAS DE 1940, 50 E 60

Oldemar Blasi*

As décadas de 40, 50 e 60 do século passado, foram fartas de eventos aos níveis internacional, nacional e regional. Além da 2^o grande Guerra Mundial, que envolveu, praticamente, todos os continentes, ocasionando a perda de milhões de vidas e consideráveis danos materiais houve, por outro lado, o desenvolvimento de novas tecnologias, acompanhadas de inventos cujos efeitos tem tido enormes conseqüências no atual cotidiano, como são os casos da informática e da liberação do átomo. Particularmente, para os arqueólogos, análise cronológica do C14 foi de excepcional contribuição às datações dos achados dos indícios arqueológicos. No âmbito nacional, a construção da nova capital - Brasília - e a instalação de montadoras de veículos motorizados foram, entre muitos outros, os acontecimentos marcantes dessas décadas. O Paraná, estado que nos anos 40 tinha seu território estimado em 200 mil km², com somente 35% dele povoado e produtivo economicamente viu-se, de repente, envolvido no febril processo de reposição dos estragos que a guerra havia causado. Não através de avanços tecnológicos, mas pelo seu potencial florístico e a exuberância de suas terras, ainda intactas, em face do incipiente processo agrícola que praticava. O mundo, em especial os países mais desenvolvidos, necessitava repor os estoques de alimentos, que o Paraná era capaz de suprir, bem como a carência de madeiras de lei, abundantes no Estado. Realmente, além de fornecer madeira de primeira qualidade, o Estado tornou-se um dos maiores produtores e exportadores de café, algodão e milho, agora amparado em métodos e técnicas agrícolas avançados. Esse espetacular crescimento, por outro lado, provocou descontrolada derrubada das matas subtropicais e temperadas, erosão e o sacrifício de centenas de espécies de sua fauna e flora, além da poluição das bacias hidrográficas, não escapando da destruição, expressivas porções do seu patrimônio arqueológico.

* Membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS.
E-mail: blasi.o@pop.com.br

A fim de que tudo não viesse a se perder, um grupo de pessoas ligado, principalmente, ao poder público, movimentou-se. Grupo formado, fortemente, por professores dos diferentes cursos da nossa Universidade, entre eles José Loureiro Fernandes, Júlio Estrella Moreira, Arthur Martins Franco e Antonio Batista Ribas. Eles elaboraram o texto de uma lei, aprovada pelo legislativo e sancionada pelo então governador Moysés Lupion em 1948, e até hoje em vigor. O Ato determinava que deviam ser protegidos, oficialmente, os remanescentes dos antigos assentamentos urbanos da outrora província do Guayrá, cuja área correspondia a mais ou menos 80% do atual território paranaense. Esses assentamentos formados por vilas espanholas e reduções jesuítas no século XVI e início do XVII, ocupavam diferentes pontos do então espaço guaireno. O aniquilamento desses núcleos ocorrido a partir de 1632, por Portugal, foi uma falha dos espanhóis na tentativa da ocupação definitiva das porções hoje incorporadas ao espaço físico brasileiro. A referida Lei, de Número 33, estabelecia que áreas de 121 hectares deveriam ser preservadas, objetivando-se assim a conservação dos remanescentes históricos expressivas porções das matas circundantes. Lamentavelmente, somente os restos da Redução Jesuíta de Santo Inácio Mini e das vilas espanholas Cidade Real e Vila Rica do Espírito Santo puderam ser preservados. Este fato é aqui relatado porque ele talvez represente a primeira ação oficial feita em todo o território nacional, visando a proteção efetiva de sítios arqueológicos. Creio que ela serviu de embrião para futuros atos preservativos, como a dos sítios denominados Sambaquis e aqueles situados no interior, bem como para a criação de centros de ensino e pesquisas arqueológicas no Estado e no resto do país. Contudo, para que isso viesse a acontecer, se fez necessária a colaboração de importantes pessoas ligadas às ciências nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Havia a urgente necessidade de se conhecer, cientificamente, o potencial arqueológico, principalmente dos três Estados bastante atingidos pelo avassalador ímpeto destruidor. E isso só seria viável com a formação de quadros de especialistas no campo da arqueologia. E foi o que se fez em dezembro de 1956, com a criação do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas. Contudo, antes dessa providência vir a se tornar realidade, entre os anos de 1948 e 1956 ocorreram muitos acontecimentos merecedores de relato. Refiro-me à criação do Departamento de Cultura da Secretaria Estadual de Cultura, que teve em seu esquema estrutural o Setor do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado, e como seu primeiro diretor João José Bigarella. O Departamento priorizou os monumentos históricos do litoral, particularmente os de Paranaguá, na sua maioria carentes de proteção,

em face da “onda progressista” que empolgava as prefeituras e a iniciativa privada. A idéia então reinante era a de reformar ou mesmo demolir igrejas, substituir beirais das casas coloniais, assobradar os prédios e alargar as vias de acesso às cidades, realmente muito estreitas. Entre os monumentos indicados para serem modificados ou demolidos estavam a Igreja de São Benedito, Colégio dos Jesuítas e a Fonte da Estradinha, além de outros bens edificadas, o que felizmente não ocorreu, graças à rápida intervenção acauteladora dos responsáveis pelo patrimônio histórico estadual e federal. Por outro lado, também era urgente a necessidade de se preservar da destruição implacável, em franco processo, na orla litorânea paranaense, os Sambaquis. Foi Bigarella, com apoio de Fernando Corrêa de Azevedo, na época Diretor do Departamento de Cultura, quem realizou o primeiro cadastramento parcial dos sambaquis do Paraná e de Santa Catarina, bem como o início do arrolamento dos bens móveis e imóveis a serem preservados pelo Estado. Essa tarefa foi interrompida em 1950, com a eleição de Bento Munhoz da Rocha Netto, em substituição à Moysés Lupion, em cuja administração havia sido criado o Departamento de Cultura. Azevedo e Bigarella pediram demissão dos cargos que ocupavam, sendo que Azevedo foi reconduzido e Bigarella não aceitou continuar. No âmbito federal havia sido criado, junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná o Instituto de Ciências e Pesquisas.

Convém recordar que José Loureiro Fernandes tinha sido Secretário de Educação e Cultura do Estado, e que em sua gestão foi criado o Departamento de Cultura. Como Loureiro Fernandes era Catedrático de Antropologia da Faculdade de Filosofia e tinha sido o primeiro Diretor do Instituto de Ciências e Pesquisas, uma estreita correlação de interesses foi formada entre a Universidade e a Secretaria de Educação visando, conjuntamente, a proteção dos bens culturais do Estado. No governo de Munhoz da Rocha Netto, ocupou no início, a Pasta da Educação Newton da Silva Carneiro, grandemente interessado na preservação das coisas relacionadas com a História do Paraná. Ele convidou-me para ser o Chefe do Setor do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado, o qual aceitei, isso no segundo semestre de 1951. A preocupação agora estava mais voltada no sentido de se evitar a desastrosa situação dos Sambaquis e de se impedir a demolição de outros significativos monumentos edificadas, principalmente em Paranaguá, pois forte era o desejo de acelerar, por parte das prefeituras e de particulares tal cometimento, possivelmente com inspiração nas obras planejadas para o Centenário da criação do Estado. Urgia, pois, aprovar um ato oficial, mais ou menos semelhante ao já existente no âmbito federal (Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937), que organizava a

proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, uma vez que o Departamento de Cultura já possuía Setor destinado à proteção dos bens culturais paranaenses. O texto, muito semelhante ao ato federal, foi aprovado em forma de Lei e sancionado pelo governador do Estado, em 16 de setembro de 1953, sob nº 1.211. Essa medida foi muito importante. Ocorre que o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional havia arrolado, no Paraná, aqueles bens que achava importante serem protegidos, excluindo assim muitos considerados pelo Estado do Paraná de serem resguardados. Estavam nesse rol também os sítios arqueológicos, principalmente os Sambaquis. Registra-se que, anteriormente, o Estado já havia, através do Decreto nº 1.346, de 29/05/1952, previsto a defesa dos sambaquis, justificando a medida pela sua importância para pesquisas científicas. Mas, a Lei 1.211, por ser lei, dava mais força e poderes às autoridades estaduais de exercerem maior vigilância e controle sobre o desenfreado processo de desmonte. Objetivando notificar as prefeituras, entidades estaduais e proprietários de loteamentos envolvidos na sistemática destruição dos concheiros, o Patrimônio Histórico Estadual confeccionou cartazes, com o texto do Decreto nº 1.346, bem como parte das recomendações contidas na Lei 1.211, enfatizando a punição dos infratores. Houve respeito aos atos preservativos, pela grande maioria dos setores, que habitualmente se utilizavam dos conteúdos dos Sambaquis no revestimento de estradas, esplanadas de estações ferroviárias, ruas, loteamentos e fabricação de adubos. A única prefeitura que desrespeitou as posturas oficiais foi a de Guaratuba, pois o titular do executivo na época Miguel Jamur, continuou a efetuar os desmontes. A fim de sustá-lo, a Chefia do Patrimônio, através de edital publicado em jornal curitibano, determina que a Prefeitura de Guaratuba suspenda o processo de exploração dos Sambaquis existentes no Município, sob pena de ser multada conforme previa a Lei. Esta atitude do Patrimônio, amparada em atos oficiais teve, contudo, violenta reação por parte do Prefeito infrator. Ele solicitou ao Secretário de Educação, suspensão do ato e a minha demissão, sob alegação de que as posturas estavam prejudicando a economia do município. Ele argumentava ainda que o conteúdo dos concheiros se constituía em excelente material para uso de revestimentos de estradas e outras finalidades, das quais a Prefeitura não podia abrir mão. Chamado ao Gabinete do Secretário, na época o Deputado Estadual Lauro Portugal Tavares, fui intimado por ele a suspender qualquer ato que impedisse o prefeito de Guaratuba de prosseguir no desmonte dos Sambaquis. Ele justificou a sua atitude dizendo que “Guaratuba era um dos seus redutos eleitorais muito importante”. Apesar da sua estranha oposição, o Governador do Estado,

por interferência de Loureiro Fernandes, prestigiou a atitude do Patrimônio, argumentando que a lei devia ser cumprida, principalmente por ter sido ele o autor da sua promulgação. Mesmo com todos esses atos, ainda havia uma brecha que favorecia, até certo ponto, o descontrolado desmonte dos casqueiros. Ocorre que os atos previam o acompanhamento de especialistas em arqueologia para que, durante o processo de remoção dos conteúdos dos conchíferos, fossem os objetos culturais neles eventualmente encontrados coletados, e após o que os interessados poderiam fazer uso do material sem qualquer impedimento. Ora, como não havia arqueólogos, apelou-se àqueles estudantes do curso de Geografia e História da FFCL da Universidade do Paraná, que mostrassem interesse em aprender a ciência arqueológica. Porém, nenhum dos estudantes, na época, atendeu ao apelo. Coube então para mim, como Chefe do Patrimônio Estadual a tarefa de acompanhar os trabalhos de desmonte e de coleta dos objetos culturais encontrados, em quase uma dezena de Sambaquis. As peças coletadas foram encaminhadas ao acervo arqueológico do Museu Paranaense.

Deve ser lembrado que, há alguns anos, vinha colecionando objetos arqueológicos, tanto procedentes do litoral como do planalto,



“Corte de um Sambaqui, de acordo com o processo adotado pela Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Paraná, para verificação da sua importância arqueológica” (Fonte: Revista Divulgação. Curitiba, p. 8, outubro de 1953).

o senhor Guilherme Tiburtius, cidadão de origem germânica, porém naturalizado brasileiro. Embora ele não tivesse formação científica adequada para pesquisas arqueológicas, chegou a reunir em sua coleção particular, milhares de objetos procedentes de sítios arqueológicos do litoral paranaense e catariense, bem como de outras áreas. Ele, embora amador, formou um dos maiores acervos de objetos da cultura material de pré-históricos povoadores do sul do Brasil. Atualmente, os objetos da sua excepcional coleção estão incorporados ao

acervo do Museu do Sambaqui, na cidade de Joinville, Santa Catarina. Tiburtius, mesmo não sendo um cientista de formação acadêmica, salvou da destruição, sem qualquer auxílio ou financiamento de entidades governamentais ou privadas, extraordinário número de objetos, dos quais fez através de publicações oficiais ou não, sua divulgação. Acrescente-se, ainda, o interesse que os esqueletos humanos, por ele recolhidos nos sambaquis, despertou não só na comunidade científica brasileira, como do exterior, tendo o seu acervo de crânios servido para importantes estudos da paleontologia americana.

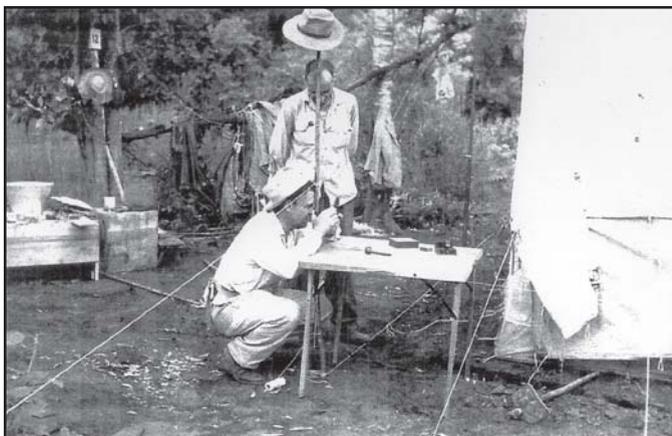
Mas é, contudo, pelo Instituto de Ciências e Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná que se enfatiza a entrega, para especialistas, as pesquisas em sítios arqueológicos no Paraná. O Instituto, a partir de sua criação, passou a promover e financiar pesquisas em diferentes campos científicos, inclusive em projetos arqueológicos, como foi o caso da contratação do Engenheiro de Minas, o iugoslavo Conde Adam Orssich de Slavetich, para coordenar sistemáticos trabalhos arqueológicos em um Sambaqui situado no município de Guaratuba, no Paraná. O dr. Orssich tinha vindo ao Paraná em 1950 com a finalidade de investigar a potencialidade das jazidas de ferro possivelmente possuidoras de molibdênio, metal atômico, de grande valor comercial, e de utilização, em grande escala, na indústria de peças vinculadas à aeronáutica. Essa matéria-prima havia se escasseado devido à sua intensa utilização na 2ª Guerra Mundial. Daí o interesse nas possíveis reservas existentes no litoral do Paraná, principalmente no município de Antonina, onde Orssich fez profundas observações sem, contudo, se saber da real potencialidade desses jazimentos. O pesquisador iugoslavo tinha boas noções de métodos e técnicas arqueológicas. Ele as aplicou no estudo sistemático do Sambaqui Araújo II. Com a sua contratação pelo Instituto, em julho de 1952, deu-se início às mencionadas pesquisas, que tiveram a duração de quatro semanas. Lamentavelmente, elas não puderam ser concluídas como se pretendia, por falta de financiamento. Em carta a mim dirigida, Orssich lamenta não poder dar continuidade às pesquisas no Sambaqui do Araújo II, bem como glosa o fato do Instituto não publicar os resultados preliminares de suas investigações. O certo é que o Instituto também não mostrou grande interesse na continuidade das pesquisas sob sua orientação.

Durante um certo tempo o Instituto não viabilizou projetos de pesquisa arqueológica tanto no litoral como no planalto. Ocorreu que devido à viagem a Europa do Diretor do Instituto, José Loureiro Fernandes, substituiu-o o biólogo professor pe. Jesus Moure. Ele não era muito favorável ao investimento de verbas em pesquisas arqueológicas.

Contudo, com o retorno de Loureiro Fernandes, bastante influenciado pelo que tinha visto na Europa, conforme me declarou, tencionava dar ao Instituto normas mais atualizadas e atuantes. Um sítio arqueológico descoberto no interior do Paraná e notificado a Loureiro por Arthur Barthelmess em 1951, no qual havia feito coleta superficial de algumas amostras cerâmicas foi, em dezembro do mesmo ano, com apoio do Instituto, prospectado por equipe formada por Loureiro Fernandes, Aryon Dall'Igna Rodrigues, Felipe Miranda de Souza Júnior, André Mayer, taxidermista do Museu Paranaense e o autor destas linhas. Essas preliminares investigações mostraram ser o sítio arqueológico, localizado à margem esquerda do Rio Ivaí, no Município de Prudentópolis, altamente promissor e foram também motivo para, pela primeira vez, o Instituto dar sustento financeiro a Projeto Arqueológico no interior do Estado. O sítio denominado Estirão Comprido, teve nota prévia publicada em 1956, pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. O projeto foi viabilizado em 1954, com a contratação do sociólogo Fernando Altenfelder Silva, da Escola de Sociologia e Ciências Políticas de São Paulo, e que havia participado em 1952, como bolsista do Governo dos EUA, em pesquisas arqueológicas no norte desse país. Loureiro Fernandes tinha conhecido Altenfelder em 1953, quando da 1ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro.



Acampamento na margem do rio Ivaí, durante o Projeto Arqueológico Estirão Comprido. Da esquerda: Fernando Altenfelder Silva, Vladimir Kozák e Oldemar Blasi - janeiro de 1954.



Fernando Altenfelder Silva (agachado) e Oldemar Blasi organizando as escavações no sítio de Estirão Comprido. Rio Ivaí, Paraná, em janeiro de 1954.

Na ocasião, ele propôs ao professor a coordenação de pesquisas no sítio Estirão Comprido, além da direção do pretendido Setor de Arqueologia do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. Loureiro Fernandes também informou-lhe sobre a vaga de Assistente de Ensino na Cátedra de Sociologia da Faculdade, para a qual havia sido aberto concurso. Motivado com tantas oportunidades, Altenfelder não somente aceitou-as como mudou-se para Curitiba com a sua família. O Projeto Estirão Comprido foi realizado em duas etapas, ambas em 1954, nos meses de janeiro e agosto. Delas participei como co-pesquisador. Na primeira parte, ainda, o professor de descendência japonesa, Iroshi Saito, autor de diversos escritos sobre a contribuição do imigrante japonês no país, e Vladimír Kozák, engenheiro mecânico e grande profissional na arte fotográfica, fez amplo registro desta etapa na pesquisa. Na segunda fase foi incluído o antropólogo Carlos Moreira Netto, autor de importantes estudos sobre o relacionamento da Sociedade Nacional com as comunidades indígenas do Brasil. Os estudos preliminares do contexto cultural de Estirão Comprido foram apresentados ao Congresso Internacional de Americanistas, em agosto de 1954.

Altenfelder dirigiu por mais de três anos o Setor de Arqueologia do Instituto de Pesquisas, mas provavelmente devido ao fato de não ter sido aprovado em primeiro lugar no concurso para assistente da Cátedra de Sociologia, apesar de ter defendido ótima tese, sobre aspectos da estrutura social de duas comunidades do Vale do Rio São

Francisco, Estado da Bahia, alagadas que foram com a construção da represa hidrelétrica de Sobradinho, ele retornou a São Paulo. Loureiro Fernandes insistiu para que ele continuasse a colaborar com a Cátedra de Antropologia, inclusive propôs financiamento para que ele prosseguisse com os trabalhos arqueológicos em Estirão Comprido, mas ele não aceitou.

É interessante citar que Loureiro Fernandes no referido Congresso Americanista fez comunicação sobre os achados feitos no Sambaqui de Matinhos, Paraná, explorado economicamente entre 1936-37 pela Prefeitura de Paranaguá. Nele, Loureiro Fernandes havia coletado peças líticas e ossadas pertencentes a 20 sepultamentos. Merece referência a técnica empregada, pela primeira vez no Paraná, da retirada completa de sepultamentos pelo uso da técnica de envolvimento do morto com faixa de tecido impregnada de gesso. Assim preparado o esqueleto, envolto pelas conchas dos moluscos formando um bloco, pode ser transportado para o Museu Paranaense, onde foi posteriormente analisado. No segundo dia de trabalhos, o Congresso foi surpreendido com a notícia do suicídio do Presidente da República Getúlio Vargas. Embora chocante, o fato não impediu que os trabalhos prosseguissem normalmente. Na ocasião, Loureiro Fernandes articulou com o paulista Paulo Duarte, advogado, jornalista dos mais brilhantes e grande interessado em conhecer com mais profundidade aspectos fundamentais da arqueologia brasileira. Ele dirigia, em São Paulo, o Instituto de Pré-História, que havia fundado e vinculado à Universidade de São Paulo, a sua vinda ao Paraná. Ele realmente veio e visitou, em companhia de Loureiro Fernandes, diversos sambaquis. Aproveitou a ocasião para, em minha companhia, conhecer as coleções de Guilherme Tiburtius, as quais muito lhe impressionaram, e foi consultado por Loureiro sobre a possibilidade de trazer ao Paraná o arqueólogo francês Joseph Empeaire. Paulo Duarte, que havia se exilado na França, mais propriamente em Paris, devido a sua forte oposição ao governo ditatorial do presidente Getúlio Vargas, dominante na década de 1940, teve na França, por parte do então Diretor do Museu do Homem, o antropólogo Paul Rivet, simpática acolhida. E foi Rivet que indicou a Duarte o pesquisador Empeaire, seu ex-aluno. Ele conseguiu do Centro de Pesquisas Científicas necessário financiamento das investigações feitas pelo francês no Sambaqui do Maratuá, situado entre Santos e Bertioga, no litoral paulista. Inicialmente, Empeaire relutou em aceitar o convite para trabalhar no Paraná, pois não estava de acordo com a proposta que Loureiro lhe havia feito, no tocante ao financiamento para o período que se propunha a ficar no Paraná. Finalmente houve acerto e ele, em companhia da esposa Annette Laming, formada em Letras pela

Universidade de Sorbonne, para cá vieram. Ministraram curso de introdução e aperfeiçoamento em arqueologia, cadastraram tipologicamente as peças do acervo do Setor de Arqueologia do Museu Paranaense, e coordenaram as pesquisas sistemáticas no Sambaqui da Ilha dos Ratos, Baía de Guaratuba. Essas investigações, das quais tive a oportunidade de participar, foram feitas em duas etapas: a primeira em dezembro de 1955, e a segunda em janeiro de 1956. No mesmo ano, em fevereiro, foram feitas as primeiras investigações sistemáticas em áreas com ocorrência de pinturas rupestres no Paraná, igualmente coordenadas pelo casal de franceses.

Na estada em São Paulo, Loureiro também articulou a vinda de Luiz de Castro Faria, do Museu Nacional, para conhecer os sambaquis do Paraná, o que efetivamente aconteceu, oportunidade a qual pude lhe mostrar alguns sambaquis de Guaratuba e Antonina. Esses contatos de Loureiro foram muito importantes, pois assim ele obtinha a adesão de Castro Faria, Paulo Duarte, Fernando Altenfelder Silva e Joseph Emperaire, à proposta que resultou, em 5 de dezembro de 1956 na criação do CEPA, naquela data aprovada pela reitoria da Universidade Federal do Paraná. Logo após, em fevereiro de 1957, novamente na presença do reitor da Universidade, foi sancionado o ato nomeando Loureiro Fernandes, Castro Faria, Paulo Duarte e Altenfelder Silva como membros do Conselho Científico do CEPA, ficando a presidência sob o mando de Loureiro Fernandes. A Fernando Altenfelder coube a função de coordenador de projetos arqueológicos.



Alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, durante aula de técnicas de campo em sítio da periferia de Curitiba. Curso de Introdução à Arqueologia promovida pelo CEPA, em 1957.

Sobre a criação do Conselho, houve divulgação pela imprensa, não só a do Paraná como também a do Rio de Janeiro e São Paulo. O jornal curitibano *Diário do Paraná* entrevistou alguns membros do Conselho. Sobre a nova instituição, assim se manifestou Fernando Altenfelder: “O Centro Brasileiro de Pesquisas Arqueológicas constitui uma medida pioneira de maior alcance. Acredito que se trata de um marco na história da arqueologia brasileira. Pela primeira vez especialistas em arqueologia de diferentes partes do país, se congregam para acertar seus planos numa campanha em prol do ensino e da realização de pesquisas no domínio da pré-história brasileira.” Castro Faria assim se pronunciou: “O Museu Nacional sente-se honrado com a escolha de um seus membros para integrar o Conselho Técnico e Científico do Centro Brasileiro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas. O Estado do Paraná se coloca, mais uma vez, na dianteira das iniciativas no sentido da salvaguarda do patrimônio arqueológico do país e do desenvolvimento de suas pesquisas.” (*Diário do Paraná*, 23/02/1956). Houve, em seqüência, uma série de providências no sentido da organização de cursos de iniciação e aperfeiçoamento de futuros arqueólogos. Esses cursos foram realizados com a colaboração de pesquisadores nacionais e estrangeiros que mostraram a importante contribuição das ciências auxiliares da arqueologia, além de, evidentemente, de teorias e práticas arqueológicas. Esses cursos tiveram também a participação de estudiosos de diversos Estados do país, além do Paraná. Concomitantemente a esses cursos, ocorreram realizações de projetos arqueológicos. Ênfase deve ser dada ao realizado no Sambaqui da Ilha dos Ratos, Baía de Guaratuba, Paraná, sob a orientação de Joseph Emperaire e Annette Laming. Desse projeto participei ativamente durante as duas etapas de sua realização, de 12 de dezembro de 1955 a 3 de fevereiro de 1956. O trabalho realizado na Ilha dos Ratos foi o segundo, cronologicamente, sistematicamente realizado em sambaquis no Paraná, sendo que pela primeira vez houve a obtenção de datações pelo Carbono 14 de sambaquis paranaenses. Em 1956 também foram divulgados, pela primeira vez, por especialistas em arqueologia, informes sobre a ocorrência de pinturas rupestres no interior do Paraná. Também deve-se esse feito ao casal Emperaire. Iguamente dessas pesquisas também pude participar. Neste mesmo ano o pesquisador norte-americano Wesley Hurt Jr., que tinha estado no 3º Congresso Americanista, entabulou os primeiros passos para a realização de sistemática pesquisa na área das ocorrências calcárias em Minas Gerais, genericamente denominadas de Lagoa Santa. Hurt acertou junto às entidades científicas brasileiras a realização do projeto por ele denominado “Lagoa Santa”, para os meses de julho a outubro

de 1956. Deste projeto, como representante do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas e da Chefia do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, do qual eu era Diretor, pude também participar como co-pesquisador.



Atividade de campo do Projeto Arqueológico "Rose Site", no rio Missouri, em South Dakota, USA. 1957.

Igualmente, como resultado da minha participação no projeto, foi-me dada a oportunidade de realizar estágio-bolsa de aperfeiçoamento em arqueologia nos Estados Unidos da América. Esse estágio foi realizado entre janeiro e outubro de 1957. Quando do meu regresso, fui convidado para ser Secretário Executivo do CEPA, função para a qual fui nomeado em 1957 e dela me demiti em 8 de abril de 1959. Nesse ínterim, foram realizados cursos, palestras e conferências, além de pesquisas de campo e laboratório. Período que poderá ser, em outra oportunidade, comentado.